



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**Gestão democrática:  
no dia-a-dia das escolas possibilidades para a educação especial**

---

**Jossane Carvalho Maia Siqueira.**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2010**

**Gestão democrática:  
no dia-a-dia das escolas possibilidades para a educação especial**

---

**Por**

**Jossane Carvalho Maia Siqueira**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de**  
**Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

**Gestão democrática:**  
**no dia-a-dia das escolas possibilidades para a educação especial**

elaborado por

**Jossane Carvalho Maia Siqueira**

como requisito parcial para obtenção do grau de

*Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos*

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Tatiane Negrini (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Prof. Valquíria Maria Silva Rios**

---

**Prof. Silvia Pagel Floriano Luiz**

Santa Maria, RS, Brasil  
2010

## **DEDICATÓRIA**

**Para meus alunos que inspiraram este trabalho e que a cada dia me fazem crescer ainda mais como pessoa e também no exercício de minha profissão.**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos tutores do Curso de Educação Especial/UFSM que me ajudaram a conclusão do curso;

Aos meus amigos que sempre me apoiaram.

## **EPIGRAFE**

“A grande idéia básica de que o mundo não deve ser visto como um complexo de objetos completamente acabados, mas sim como um complexo de processos, no qual objetos aparentemente estáveis, nada menos do que suas imagens em nossas cabeças (nossos conceitos), estão em incessante processo de transformação...

Aos olhos da filosofia dialética, nada é estabelecido por todos os tempos, nada é absoluto ou sagrado. Vê-se em tudo a marca de declínio inevitável; nada resiste exceto o contínuo processo de transformação e destruição, a ascensão interminável do inferior para o superior – um processo do qual a filosofia não passa de uma simples reflexão do cérebro pensante.”

FRIEDRICH ENGELS

## **RESUMO**

Artigo Monográfico de Especialização  
Curso de Especialização em  
Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **Gestão democrática: no dia-a-dia das escolas possibilidades para a educação especial**

AUTOR(A): Jossane Carvalho Maia Siqueira  
ORIENTADOR(A): Prof<sup>ª</sup>. Ms. Tatiane Negrini

Esse trabalho vem mostrar a importância da gestão democrática para um trabalho na área da educação especial, a qual vem sendo amplamente debatida nos últimos anos como forma de fazer com que as mais diversas vozes encontradas no interior de uma escola sejam realmente ouvidas e conscientizadas para uma visão da educação especial. Com isso, teve-se como objetivo geral retratar alguns aspectos da realidade dos professores e diretores em relação à inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, contextualizando com a gestão educacional. Esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa, e para a coleta de dados realizou observações diretas e entrevistas com alguns professores e diretores de quatro instituições do município de Rio Bonito/RJ. Com a realização do estudo ficou evidente que as professoras não têm a exata compreensão da dimensão do processo inclusivo, mesmo que em alguns pontos elas se aproximem do que vem sendo debatido pelos especialistas. Por isso, ainda trazem em seu discurso muitas representações equivocadas que estão presentes na nossa sociedade sobre as pessoas com necessidades especiais.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	p. 8
<b>1 - O MARCO LEGAL DA INCLUSÃO EDUCACIONAL</b>	p. 9
1.1 Conhecendo a educação especial	p.10
1.2 A nova LDB e as necessidades educacionais especiais	p.11
<b>2 - O QUE É ADMINISTRAR UMA ESCOLA DENTRO DA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	p.13
<b>3 – ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS</b>	p. 16
<b>4 - PROFESSORES: CONHECIMENTOS E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	p.17
<b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	p.23
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	p.24



## INTRODUÇÃO

A Educação especial é um assunto tão amplo que possibilita que possamos falar de temas variados, características diferentes, conteúdos diversificados, mas que acabam se entrelaçando tão somente porque tem a mesma finalidade, a contribuição para a formação de um futuro melhor para os indivíduos com necessidades especiais, e a sociedade de uma maneira geral.

Dentre estes temas, o trabalho da gestão educacional em prol da educação especial vem chamando muita atenção, uma vez que no nosso município de Rio Bonito tenho contato constante com as quarenta e duas unidades de ensino que pertencem à rede municipal.

Percebendo as diferenças existentes entre as escolas, houve um questionamento de minha parte do por que estas se apresentavam em situações distintas sendo que todos os dirigentes deveriam seguir um determinado padrão na direção, não deixando, porém de impor seu próprio estilo ao administrar o estabelecimento com suas clientela e diferenças.

Dentre estas quarenta e duas escolas, escolhi quatro para fazer as investigações aos questionamentos que aqui serão levantados. A partir da observação direta de cada estabelecimento e uma entrevista com perguntas de caráter subjetivo para discussão sobre a educação especial, onde cada diretor destes estabelecimentos pode analisar os modelos de gestão utilizada por eles, procurando compreender os prós e os contras de cada maneira de se administrar um estabelecimento capaz de aceitar, trabalhar e oferecer uma educação para todos os alunos, sendo especial ou não.

As escolas do município de Rio Bonito escolhidas para realizar este trabalho de pesquisa são: Escola Municipal Honesto de Almeida Carvalho, Escola Municipal Raulbino Pereira de Mesquita, Escola Municipal Paulo Pfeil e Escola Municipal Alzemiro Luz, onde cada diretora impõe um ritmo de trabalho e possuem estilos e visões diferenciadas sobre o que é administrar uma escola.

O critério de escolha levou em conta as condições de cada comunidade nas quais os estabelecimentos estão inseridos, sendo que a Escola Municipal Paulo Pfeil pertence à zona urbana da cidade e é freqüentada por alunos em sua maioria pertencentes à classe média baixa. O mesmo tipo de clientela tem a Escola Municipal Honesto de Almeida Carvalho, sendo que esta se localiza na periferia do município; realidade diferente da Escola Municipal Raulbino Pereira de Mesquita que se localiza

também em uma zona periférica, mas os alunos em sua maioria são das camadas mais pobres da população, sendo que grande parte destes são moradores de uma comunidade com características parecidas com a de uma favela; a Escola Municipal Alzemiro Luz é pertencente à zona rural do município de Rio Bonito, possui um número pequeno de alunos e estes são filhos de lavradores que habitam aquele bairro.

Pode-se perceber a diferença existente entre estes, uma vez que os modelos de gestão apresentadas apesar de se dizerem democráticos na verdade assim não se apresentaram.

Procurou-se com este trabalho investigar as práticas de gestão educacional, comparando as verdades e as inverdades quanto ao modo de administrar, com vista a atender os alunos da educação especial, analisando o discurso de quatro gestores e, proporcionando assim que se diferenciasse o estilo de administrar um estabelecimento que depende de gestor para gestor.

Assim, este trabalho teve como objetivo geral retratar alguns aspectos da realidade dos professores e diretores em relação à inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, contextualizando com a gestão educacional.

Como objetivos específicos têm-se: Conhecer o trabalho que vem sendo realizado com os alunos com necessidades especiais em algumas escolas do município de Rio Bonito, na perspectiva da Educação Inclusiva; Perceber abordagens e propostas da Gestão Escolar que podem contribuir ou não para a proposta da Educação Inclusiva.

## **1. O MARCO LEGAL DA INCLUSÃO EDUCACIONAL**

Utilizo-me da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual serve de respaldo quanto à proposta da educação inclusiva, para iniciar o debate.

Os professores utilizam estratégias diversificadas para que os alunos sintam-se realmente integrados, podendo o professor dentre desse processo, fazer adaptações para que todos os alunos consigam atingir as expectativas, junto as leis, procurar meios para facilitar esses meios.

A perspectiva de um ensino para todos aberto às diferenças, avaliando a aprendizagem pelo percurso do aluno no decorrer do ano letivo, leva-se em conta o que ele é capaz de fazer no enfrentamento de novos desafios, na construção de saberes para

a organização e participação da vida escolar, considera-se o sucesso do aluno em todas as suas particularidades e em todos os aspectos do seu desenvolvimento.

### **1.1 Conhecendo a educação especial**

A LBB 9394/96 (BRASIL, 1996) traz da seguinte maneira a compreensão da educação especial:

Art. 58. Entendem-se, por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educando com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Na citação da LDB relacionada a Educação Especial, faço algumas colocações sobre a mesma. É na escola onde mais se detecta dificuldade ou deficiência e é através do contato com a família que a equipe escolar obtém esclarecimentos e informações a respeito do aluno. Concluimos então que é necessário um entrosamento de escola e família para que haja aceitação de possíveis comprometimentos (deficiências mentais, cognitivos, auditivos, visuais e físicos). Esse dado fornecido pelos pais serve de ponto de partida para que o professor e demais envolvidos possam dar um retorno sobre características individuais no que diz respeito à maneira que esse aluno responde as situações de aprendizagem, as quais é exposto no cotidiano escolar.

## **1.2. A nova LDB e as necessidades educacionais especiais**

A inclusão educacional não pode ser entendida como o simples ato da aceitação da matrícula de um educando na escola regular.

No Brasil essa proposta vem constituindo-se a partir de diretrizes internacionais, como a Conferência de Jomtien (WCEFA, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Nesta última amplia-se o significado da expressão “necessidades especiais”, que passa a compreender desde pessoas com deficiências até aquelas que apresentam dificuldades de escolarização decorrentes de condições econômicas e socioculturais.

Na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 1) é proclamado que:

- “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,

- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimora a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.”.

Conforme preceitua a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Dessa forma, a conceituação de educação é abrangente, não sendo simples sinônimo de ensino; remete-nos para perceber a mesma forma, o sentido de inclusão é amplo e se ancora fundamentalmente nos princípios e valores que a sociedade vem construindo com grande esforço, no sentido do respeito à diversidade, onde todas as pessoas sejam valorizadas como construtores da sociedade, de sua história e, principalmente, que tenham acesso aos direitos básicos e fundamentais da vida.

Além destes documentos mais gerais que regem a Educação como um todo, temos documentos específicos como: Parâmetros Curriculares Nacionais – adaptações curriculares: Estratégias, para educação de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1998), Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 1999), Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001b) e etc. E mais recentemente pode-se citar a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Devemos observar que o documento da Política Nacional de Educação Especial de 2008 deu um passo maior para o crescimento da política implementada pelo Ministério da Educação, que inclui programas de implantação de salas de recursos multifuncionais, de adequação de prédios escolares para a acessibilidade, de formação continuada de professores da educação especial.

Como citei acima, em 2008, foi lançada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e aprovada, por meio de emenda constitucional, a convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. De acordo com a convenção, devem ser assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis. O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o atendimento educacional especializado.

Considerando o processo histórico, o presente artigo caracteriza-se por uma abordagem histórico-social, que utiliza como dados a análise documental da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), e tem por objetivo resgatar pressupostos históricos do contexto da educação especial, principalmente, sob o novo paradigma da atualidade. É constatar que a política repudia práticas excludentes dentro e fora da escola, e apresenta paradigma inclusivo que garante a todos o acesso e permanência na escola, por meio da educação especial que, nesse novo contexto, é vista como função de toda a escola, pois perpassa todos os níveis de ensino, da educação especial enquanto subárea do conhecimento.

Esse documento define a educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de educação básica, destacando ainda a importância do atendimento especializado e atuação de modo transversal, ou seja, a educação especial perpassará todos os níveis de ensino (BRASIL, 2008).

Buscas por alternativas pedagógicas para a inserção de todos os alunos, inclusive pessoas com deficiências, de preferência no sistema da rede regular de ensino, traduziu-se na proposta educacional de *Inclusão*, preparar alunos oriundos das classes de escolas especiais para serem inseridos em classes regulares, recebendo, de acordo com suas necessidades, atendimento paralelo em salas de recursos ou outras formas de especialização. As pessoas com deficiência podem, então, a partir daquele momento, se integrar à sociedade.

Em seu texto, André (1999, p. 19) explica que as pedagogias diferenciadas:

(...) assumem as idéias mestras da Escola Nova: o aluno deve ser o centro do processo educativo e o professor deve ser um orientador, uma fonte de recursos e de apoio. Assumem também os princípios das correntes construtivistas e interacionistas de que a aprendizagem ocorre através de um processo ativo de envolvimento do aprendiz na construção de conhecimentos, que decorrem de suas interações com o ambiente e com o outro. Enfatizam o ensino voltado para as competências e o trabalho com projetos, pesquisas e situações-problema.

## **2. O QUE É ADMINISTRAR UMA ESCOLA DENTRO DE UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Pode-se dizer que a gestão democrática pode ser considerada como meio pelo qual todos os segmentos que compõem o processo educativo participam da definição

dos rumos que a escola deve tomar à educação especial de maneira a efetivar essas decisões, num processo contínuo e preparado para receber nossos alunos com necessidades especiais.

A gestão democrática é um objetivo e um percurso. É um objetivo porque trata-se de uma meta a ser sempre aprimorada e é um percurso, porque se revela como um processo que, a cada dia, se avalia e se reorganiza e se prepara para aceitação e receber os nossos alunos com necessidades especiais.

A gestão democrática na escola e nos sistemas de ensino torna-se, um processo de construção da cidadania emancipada. Para tanto, e segundo Araújo (2000), são quatro os elementos indispensáveis a uma gestão democrática: participação, pluralismo, autonomia e transparência.

Consideramos então, elemento fundamental da gestão democrática, a transparência está intrinsecamente ligada à idéia de escola como espaço público e preparado para todos os alunos. Face ao predomínio da lógica econômica em todos os setores sociais, na educação especial, garantir a visibilidade da escola frente à sociedade, torna-se uma questão ética. Quase como um amálgama dos elementos, constitutivos da gestão democrática, evidencia-se que:

Transparência afirma a dimensão política da escola. Sua existência pressupõe a construção de um espaço público vigoroso e a aberto as diversidades de opiniões e concepções de mundo, contemplando a participação de todos que estão envolvidos com a escola. (ARAÚJO, 2000, p.155)

Pode-se dizer que os sistemas educacionais e a escola precisam se organizar elaborando um planejamento que auxilie seu trabalho, onde tenhamos uma visão completa da educação voltada para toda problemática que aparecer. Uma forma de organização e de planejamento da educação especial, onde os sistemas educacionais se concretizam nos Planos Educacionais do Estado e do Município.

No âmbito da escola, é o Projeto Político-pedagógico que viabiliza e concretiza ações educacionais e especiais. Isto é, ele é a forma de planejamento pedagógico, político e administrativo, que estabelece os objetivos da escola e os mecanismos e estratégias mais adequados para alcançar os objetivos necessários para toda clientela.

O Projeto Político-pedagógico, como instrumento de planejamento coletivo, pode resgatar a unidade do trabalho escolar e garantir que não haja uma divisão entre os que planejam e os que simplesmente executam. Sendo elaborado este documento de

forma conjunta, cria uma nova lógica. Nesse processo, todos os segmentos planejam, garantindo uma visão do todo, e todos executam de maneira a atender a todos.

Com a recente aprovação da Lei nº. 11.274/2006 foi estabelecida a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos, a partir dos seis anos de idade. Assim, o Ensino Fundamental passa a ter duração de nove anos e objetiva desenvolver a formação da Educação Básica do cidadão e a visão de uma educação onde atinjam a todos os alunos.

O gestor é uma figura central para promover um ganho de qualidade de que a Educação Brasileira necessita e precisa para desenvolver a qualidade de ensino aos alunos com necessidades especiais. Ele deve, cotidianamente, dar conta de diferentes “gestões”: do espaço, dos recursos financeiros, de questões legais, da interação com a comunidade do entorno, com a Secretaria de Educação e das relações interpessoais. Tudo isso, com um só objetivo, que é o mais importante e é esquecido nos últimos tempos: a aprendizagem dos alunos da escola. Quanto aos alunos com necessidades especiais, sua função se expande no sentido de garantir profissionais qualificados, materiais diferenciados, etc.

A gestão escolar vem se adaptando para reunir essa lógica à realidade das salas de aula tendo uma visão globalizada da instituição e, ao mesmo tempo, focada aos alunos com necessidades especiais.

Vem se consolidando, já há algum tempo, o conceito de que o papel do diretor e sua equipe, é fazer a gestão da aprendizagem, ou seja, organizar a infra-estrutura para garantir que todos os alunos avancem cada vez mais. Uma das iniciativas mais eficientes nesse sentido é a formação continuada dos professores e de toda a equipe da Unidade Escolar. O constante processo de aprendizagem, pesquisa, estudo e planejamento é tarefa em parceria com coordenadores pedagógicos para criar um ambiente de formação e de contato com novas idéias e conceitos de uma educação para todos.

Existem inúmeras maneiras de um bom gestor investir no processo de formação continuada de sua equipe atingindo estratégias como: o foco na aprendizagem, organização do tempo, material selecionado e acessível, cumplicidade entre a equipe, olhar da equipe gestora e senso de prioridade.

O ato de educar é essencialmente social, a equipe tem de perceber que os gestores e os demais profissionais da unidade escolar são os articuladores de demandas



e soluções para a aprendizagem de todas as crianças, sendo essa função social primordial de todas as escolas.

A escola é uma instituição social com objetivos bem explícitos: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio de aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, valores, limite), para tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vive.

A organização escolar necessária é aquela que melhor favorece o trabalho docente, exigindo uma clareza de que o eixo da instituição escolar é buscando a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem que, mediante procedimentos pedagógicos didáticos, propiciam melhores resultados de aprendizagem a todos.

Os pais desejam que seus filhos aprendam bem, que seus conhecimentos, as habilidades, os valores tenham utilidade para a vida, ou seja, desejam uma escola em que os alunos estejam motivados para estar nas aulas e se envolvam com afinco nas atividades.

Uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didático, que permitam o bom desempenho dos docentes em sala de aula, de modo que os seus alunos sejam bem-sucedidos em suas aprendizagens e limitações.

Consideramos com pesquisas feitas que algumas características organizacionais pudesse ser úteis, para a compreensão do funcionamento delas, considerados os contextos e as situações escolares específicas: professores preparados; existência do projeto político-pedagógico; um bom clima de trabalho; estrutura organizacional e boa organização do processo de ensino aprendizagem; papel significativo da direção e equipe pedagógica, que articulem o trabalho voltado a todos os alunos, onde possam os mesmos, aprendam mediante as suas limitações.

### **3. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS**

Foram selecionadas quatro escolas para a realização da pesquisa: Escola Municipal Honesto de Almeida Carvalho, Escola Municipal Raulbino Pereira de Mesquita, Escola Municipal Paulo Pfeil e Escola Municipal Alzemiro Luz. Para selecionar os professores, a opção mais viável foi buscar nas escolas escolhidas, pois haveria a necessidade de passar por todas as formalidades de entrar nas instituições. Foram realizadas observações diretas e entrevistas com algumas professoras.

Num primeiro contato foi explicado para cada entrevistada qual era o tema da pesquisa e marcado um novo encontro para que fosse feita a entrevista. Ainda no primeiro encontro todas as entrevistadas foram esclarecidas não ter respostas prontas sobre o tema, ou estudassem antes da entrevista, mas sim, falassem abertamente sobre o que sabiam em relação à educação inclusiva, sua opinião e o que fazem na sua prática cotidiana.

Para desenvolver esse estudo, optei por uma entrevista semi-estruturada montada a partir das minhas dúvidas e anseios em relação ao que está sendo feito por esse professores, dentro de suas salas quando se deparam com um aluno com necessidades especiais incluído. Foi utilizada esta ferramenta por esta permitir que novos questionamentos surjam durante a investigação, já que “o pesquisador e o sujeito se completam e se modificam mutuamente em uma relação dinâmica e dialética” (FALCÃO E ROCHA, 2004; 2005), sem que com isso se perca o foco da pesquisa. Todas as entrevistas foram feitas no local de trabalho das entrevistadas, sendo gravadas e posteriormente transcritas, tendo um tempo máximo de 20 minutos.

Antes de cada entrevista todas tiveram acesso às perguntas, foram consultadas sobre a possibilidade de utilização das informações por elas mencionadas e sobre o total anonimato que seria adotado na pesquisa através de nomes fictícios. Todas concordaram com os termos propostos, inclusive não se importando com a utilização de seus nomes. Porém o anonimato vai ser mantido para preservar a integridade e evitar qualquer problema posterior para as entrevistadas.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, pois não se tem a intenção de quantificar os dados encontrados, mas realizar um debate a respeito.

#### **4. PROFESSORES: CONHECIMENTOS E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Todos os depoimentos apresentados nesse capítulo foram objeto de cuidadosa análise para que deles fossem extraídos o máximo de informações com o intuito de responder aos questionamentos da pesquisa. No caso, saber com esses professores até onde vão os seus conhecimentos sobre educação inclusiva, como está sendo sua prática diante dessa nova realidade e qual a sua opinião em relação ao que seria o melhor para esses alunos com necessidades especiais.

Comecei questionando as professoras para saber se tinham algum conhecimento sobre educação inclusiva. Todas rapidamente disseram que sim, porém sempre deixando claro que esse conhecimento era insuficiente, como podemos ver na fala da Professora *Carla*: “- *Tenho pouco conhecimento, conhecimento assim básico nada muito profundo*”, e da Professora *Maria Nilda*: “- *Tenho, mas não tenho muito não*”.

A pergunta seguinte foi em relação a esses conhecimentos, no intuito de confirmar o que haviam respondido anteriormente. O que ficou constatado é que algumas até já ouviram alguma coisa sobre o assunto, como fica evidente nas falas das Professoras *Lurdi*, *Carolina* e *Tamara*, respectivamente:

“ - *O que a gente ouve sempre é que tem que tratar de igual pra igual.*”

“- *O que eu penso é que as pessoas leigas no assunto tinham a impressão de que as crianças especiais não dizer sobre esse assunto é que as pessoas que eram capazes de realizar alguma coisa, de conseguirem alcançar qualquer tipo de objetivo, a tendência era essa de repente discriminar por serem especiais, mas assim mesmo não ter estudado sobre isso eu consigo entender que eles são capazes sim, se tiverem um estímulo uma pessoa para estar estimulando, para estar incentivando, até mesmo em novelas a gente pode observar que eles são capazes de muitas outras coisas como qualquer outra criança, sendo estimulado desde criança é até melhor pra eles.*”

“ - *Bom o que eu sei é o que eu leio assim na revista Nova Escola que é a questão de se trabalhar de incluir o aluno que tem necessidades especiais, dentro de uma escola regular, fazer com que ele estude junto com as outras crianças que não tem nenhuma deficiência.*”

Ao serem perguntadas sobre onde teriam adquirido esses conhecimentos, as Professoras *Maria* e *Cláudia* disseram que foi durante o Curso Normal, sendo que a primeira acrescentou o Curso de Pedagogia. Porém as outras três professoras entrevistadas, *Lurdi*, *Carolina* e *Tamara* afirmaram que não tiveram nenhuma disciplina ligada ao assunto e que o seu conhecimento foi adquirido por outros meios; segundo elas:

“ - (...) *no Normal eu não ouvi nada, na faculdade até ia começar a falar mas eu não cheguei a pegar isso(...)*”

“ - (...) *é do dia a dia mesmo, podendo observar até mesmo na creche onde eu trabalho e quando eu fiz o estágio no Instituto de Educação mesmo eu pude visitar uma escolinha que tinha lá de crianças especiais e eu ia lá visitar, as crianças desenvolvendo várias atividades assim, mas nunca estudei sobre esse assunto.*”

“- (...) engraçado isso foi na revista, eu nunca estudei, Nova Escola, como eu faço assinatura da Nova Escola eu sempre leio as reportagens (...)”

Nesse ponto duas falas me chamaram muito a atenção: a resposta da Prof<sup>a</sup>. *Carolina* quando ela cita a aparição das pessoas com necessidades especiais em novelas, e a da Prof<sup>a</sup>. *Thais*, que também fez a mesma citação: “- *O que eu sei é mais o que eu escuto, até mesmo vejo em jornais, agora com a novela*”

Essas duas respostas demonstram quanto os meios de comunicação influenciam e até modificam a sociedade. Ao constatar esse poder dos meios de comunicação sou obrigada a reconhecer que tanto ele pode ser utilizado, como no caso citado, da novela *América*, para difundir e conscientizar a população sobre um tema muito importante como a inclusão não só educacional, mas principalmente social, como, infelizmente também pode ser utilizado para semear preconceitos. Um olho atento sobre o que ouvem e vêem nossos professores e alunos, muitas vezes pode ser o diferencial para compreender como pensam e porque agem.

Além disso, se percebe a falta de uma formação continuada dos professores para a realização de um trabalho diferenciado com estes alunos.

Voltando para o eixo central da pesquisa, continuei os questionamentos, voltando o meu olhar para a prática dessas professoras dentro de sala de aula. A primeira pergunta foi uma das mais simples de ser respondida por todas, porém foi uma das que trouxe mais preocupação. Perguntei a elas se tinham e/ou tiveram alunos incluídos em suas turmas. Dos seis, só um respondeu que sim, foi a professora *Ludmila* que disse: “*Tenho, dois alunos. Um tem Síndrome de Down e o outro é Autista.*” .

Ainda em relação à questão de ter alunos com necessidades especiais incluídos, também a professora *Carla* destacou o fato de ter contato com um aluno com necessidades especiais que está incluído na escola em que ela trabalha.

Após a constatação da questão anterior, perguntei às professoras se elas se consideravam preparadas para estar desenvolvendo seu trabalho numa turma em que estivessem alunos incluídos. Nessa questão todas responderam “*NÃO*”, só que por motivos bem variados. Entre esses, dois me chamaram mais atenção: as respostas das Prof<sup>a</sup> *Ludmila* e *Carolina*, respectivamente:

“- *Não, até por que, tem certas coisas que sim, mas têm outras que você tem que saber como lidar principalmente com o autista, por que na Síndrome de Down não tem muita diferença, já o autista requer mais atenção, então já é uma coisa mais preparada.*”

*“- (...) eu digo que eu não estou preparada por que eu sou uma pessoa muito sensível, tenho o coração muito mole então mesmo sabendo que eles são capazes e tudo mais, eu vou querer ajudar, não vou querer deixar partir dele, até mesmo de cuidar, ter mais cuidados, e de repente não vou conseguir tratá-los como normais, não vou dar a oportunidade de eles desenvolverem, vou querer está sempre ajudando querendo desenvolver por eles, então eu acho que eu não estou preparada para isso.”*

Levando em conta o NÃO de quase todas as professoras na resposta anterior, questionei a todas sobre o que fariam se passassem a ter um aluno com necessidade especial incluído em suas turmas. Nessa resposta, novamente encontrei consenso geral, todas afirmaram que, se defrontadas com essa situação, iriam se preparar para tentar trabalhar com esse aluno. Nesse caso, a Prof<sup>a</sup>. *Ludmila*, que já tem alunos com necessidades educacionais especiais na sua turma, fez o seguinte relato: *“- Procurei textos, até peguei na internet, sobre o Autismo, sobre a Síndrome de Down, fiquei lendo pra ver o que a gente pode fazer livro também.”*. Já a professora *Carla* expressa bem o sentimento de todas as entrevistadas: *“- Imediatamente eu correria para fazer um curso, uma preparação maior, por que senão eu ia achar que eu estaria sendo inexperiente por que como minha formação foi muito pouco sobre isso eu tentaria melhorar para tentar dar uma educação melhor para esse aluno incluído.”*

Neste momento, levantei o questionamento sobre de quem seria a responsabilidade de estar preparando o professor para atuar com os alunos com necessidades educacionais especiais. Encontrei respostas bem variadas, com um ponto em comum: todas disseram que esse aprendizado sobre educação inclusiva deveria ter começado já no Curso de Formação de Professores, mesmo ao nível secundário, como ficou claro nas respostas das Prof<sup>as</sup> *Ludmila* e *Thais*, respectivamente:

*“- Eu acho que vem desde o Ensino Médio por que tem escolas que você não sai preparada nem pra pegar uma turma, então se você vem sem saber nada e você pega de cara uma turma que tenha você fica perdida, eu acho legal vir desde o Ensino Médio, faculdade, até mesmo a escola. Aqui onde eu trabalho no caso eu tive recurso de livros textos até mesmo à coordenação ajudou e tudo, mais seria bom ter um curso para preparar melhor.”*

*“- Eu acho que de repente de ambas as partes, acho que poderia partir de mim mas também poderia ter uma base pela escola também, de ter dentro da própria escola condições de ter essa criança.”*

Quem também falou bem claramente sobre o Curso de Formação de Professores – Normal (Ensino Médio), a Prof<sup>a</sup>. Carolina, ao ser questionada se essa responsabilidade deveria ser dividida também com a instituição onde se formou, respondeu: “- *Deveria ter tido sim, coisa que eu não lembro de ter tido nada sobre o assunto, eu acho que na realidade de hoje isso tem que estar incluído, no magistério ou em outras formações também, tem que estar atualizando as pessoas em relação a isso, por que quando chega numa situação dessa a gente se depara com aquilo e não sabe como agir, não teve nenhuma instrução anteriormente.*”

Para finalizar, quis saber de todas as entrevistadas sua opinião sobre qual seria o melhor atendimento para o aluno com necessidades especiais. A maioria respondeu que eles deveriam estar numa escola regular, porém sendo atendidos, também pelo ensino especial, como bem expressaram as professoras Ludmila e Tâmara:

“- *Olha, eu acho sinceramente que eles são iguais a todos, só que eu acho que eles podem freqüentar uma escola normal, mas tem que ter uma parte também especial principalmente o autista, por que o autista requer mais atenção, tem mais o mundo dele, então você às vezes não sabe como lidar, ele não entra em contato muito com as outras crianças, agora o Síndrome de Down não, ele interage bem e tudo mais, mas o autista sim, eu acho que também teria que ter uma escola mais especializada.*”

“- *Na escola regular junto com as outras crianças por que aí as outras crianças, a gente teria que mostrar para as outras crianças que esse aluno é diferente, mas que todos nós somos diferentes, nós não somos iguais, tem pessoas negras tem pessoas brancas tem pessoas de cabelo loiro, de cabelo escuro e acho que até seria bom para esse aluno com necessidades especiais por que a gente também ia formar as outras crianças mais solidárias, por que eles iam estar ajudando esse aluno com necessidade especial, eles iam aprender a conviver com as diferenças não só desses alunos com necessidades mais entre si mesmo, eles iam estar sempre ajudando essas crianças.*”

Estas falas mostraram que mesmo sem ter um grande conhecimento sobre educação inclusiva, esses professores defendem um discurso que está muito próximo das posições acadêmicas da área, como ilustrado por esse texto de Oliveira e Glat:

Vale ressaltar também que disponibilizar atendimento especializado para alunos com necessidades especiais que estejam enfrentando dificuldades em acompanhar a classe, não vai contra o modelo de inclusão. Principalmente aqueles mais prejudicados cognitivamente, certamente necessitarão desse apoio, bem como alunos cegos e surdos no seu processo de alfabetização e aquisição de linguagem. (2003, p. 7)

Somente uma professora apontou um caminho diferente, no sentido contrário a tudo o que vem sendo discutido em relação à inclusão. Para a Professora Carolina, que não tem alunos com necessidades educacionais especiais na sua turma, esses alunos estariam mais bem atendidos na escola especial do que na escola regular: “- *Eu acredito que seja uma escola especial, por que ali já tem pessoas que estudaram para aquilo, estão preparados para aquilo, e ali eles vão acabar desenvolvendo mais essas potencialidades, por que lá eles estão preparados pra isso, a melhor do que eles terem um bom desenvolvimento nesse próprio local*”.

Após as entrevistas ficou evidente que as professoras não têm a exata compreensão da dimensão do modelo inclusivo, mesmo que em alguns pontos elas se aproximem do que vem sendo debatido pelos especialistas. Por isso, ainda trazem em seu discurso muitas representações equivocadas que estão presentes na nossa sociedade.

A escolha das escolas pesquisadas teve como critério pesquisar estabelecimentos de características diferentes, com clientela diferentes e gestores e equipe pedagógica, com perfis diferentes, para visualizar escolas que trabalhassem com alunos com necessidades especiais e escolas que ofereçam uma educação diferenciada.

Segundo Paro (1997), não existe ainda uma preocupação em fazer com que a escola se torne realmente um bem da população, que ofereça a esta uma Educação de qualidade para todos; aquela que possa ser realmente agente de transformação na vida do educando tanto dito normal, como aqueles que precisam de um olhar mais diferenciado.

Enquanto não se houver uma mudança na própria sociedade brasileira, a mentalidade das pessoas continuará sendo sempre a mesma, com a existência de dominantes e dominados e nenhuma das duas partes fazendo nada para que a realidade seja debatida e transformada e ajudando ao nosso diretor, professor e ou alunos, no processo da educação inclusiva.

[...] A inclusão social incide justamente na vida das pessoas portadoras de necessidades especiais; aquelas que possuem uma situação atípica, de caráter temporário, intermitente ou permanente, para que elas possam tomar parte ativa na sociedade. Nesse sentido, a inclusão é o contraponto da exclusão”.(MANTOAN, 2001, p55.).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor a gestão educacional, numa visão diferenciada para a educação inclusiva, como tema de minha pesquisa, esperava encontrar uma situação um diferente da encontrada nas escolas do município de Rio Bonito, uma vez que o município, em tese, dá liberdade suficiente para que o diretor os funcionários e o corpo docente, possam trabalhar a sua própria maneira, mas sugere que todas as escolas trabalhem em conjunto com as comunidades, as quais se encontram nossos alunos inseridos.

O objetivo principal desse trabalho foi o de retratar alguns aspectos da realidade dos professores da Educação, em relação à inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Os dados obtidos vêm confirmar outros estudos que mostra o quanto eles não estão preparados, nem orientados para trabalhar com essas crianças com necessidades especiais.

Uma das questões que estão mais evidentes é que a responsabilidade por esse despreparo não é só desses profissionais, e sim de toda uma estrutura que parece ainda não estar preocupada e/ou interessada em incluir esses alunos na rede regular de ensino e conseqüentemente na sociedade.

Essa estrutura que é falha engloba a formação inicial do professor, seja em nível de Ensino Médio (antigo Curso Normal), seja nos cursos de graduação em Pedagogia. Também fazem parte dessa estrutura, as escolas que contratam esses professores e que acolhem esses alunos. Elas se tornam responsáveis pelas dificuldades que seus educadores encontram quando se deparam com os alunos com necessidades especiais em suas turmas.

Para isso eles precisam romper com uma lógica preconceituosa estabelecida na nossa sociedade de que as pessoas com necessidades especiais não são capazes de aprender e conviver com os outros cidadãos até então tidos como normais.

Porém, não se pode achar que só o sistema não funciona, e que os professores estão totalmente isentos de responsabilidades, pois esse professor tem também o dever de criar situações para que seu educando tenha uma visão crítica do mundo. Então, o que se pode esperar deles, é que tenha em sua prática esta mesma visão crítica. Segundo Paulo Freire:

Falamos em ética e em postura substantivamente democrática porque, não sendo neutra, a prática educativa, a formação humana, implica opções, rupturas, decisões, estar com e pôr-se contra, a favor de algum sonho e



contra outro, a favor de alguém e contra alguém. E é exatamente este imperativo que exige a eticidade do educador e sua necessária militância democrática a lhe exigir a vigilância permanente no sentido da coerência entre o discurso e a prática. “Não vale um discurso bem articulado, em que se defende o direito de ser diferente e uma prática negadora desse direito”. (FREIRE, 2001, p.39)

Se assim agissem, deveriam procurar o tempo todo estar se atualizando e “cobrando” dos governos e de seus empregadores que todo esse discurso sobre inclusão de pessoas com necessidades especiais fosse mais debatido e melhor trabalhado com todos: pais, alunos, professores, funcionários e a sociedade em geral.

Após realizar as observações e colocações em geral dos professores nas escolas, e também realizar a pesquisa bibliográfica, pude entre outras coisas refletir melhor sobre os diretores, corpo docentes e profissionais das unidades escolares e as suas devidas equipes, de um lado sofrem pressão por parte da Secretaria Municipal, a fim de que as escolas obedeçam a um padrão administrativo, mas por outro lado impõem o poder que lhe é conferido dentro da escola que por quatro anos considera como sendo sua. É válido falar que a tal liberdade para dirigir a escola a sua maneira, a qual disse que em tese existia, é como se fosse uma liberdade vigiada.

No término da minha pesquisa de curso, finalizo dizendo, que quando pensei em escrever sobre gestão jamais pensei que isso me ajudaria a conhecer um pouco mais dos problemas que os profissionais vivem no decorrer do ano letivo ao receber os alunos com necessidades especiais. No entanto, depois da realização do trabalho, pude identificar que muitos diretores e profissionais da rede municipal, precisam muito de apoio para trabalhar com toda a Equipe de Educação Especial, com formação continuada dos profissionais da educação.

Saliento ainda as propostas de formação continuada que nosso município vem oferecendo para que tenhamos uma melhor compreensão para realizarmos um trabalho justo e de qualidade para nossos alunos com necessidades especiais.

Estamos realizando cursos de Libras, Braille, Soroban, Diversidades na Educação, e outros. Estamos no caminho e espero sinceramente que nosso professor tome consciência e se comprometam com essa EDUCAÇÃO TÃO ESPECIAL.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS**

BASTOS, João. **Gestão democrática da educação**. São Paulo: 1997, DP & A.

BRASIL - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9.394/96). MEC/SEESP, 2006.

BRASIL - Resolução CNE/CEB nº2 de 11/09/2001 – Institui **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** – Conselho Nacional de Educação Básica Resolução CNE/CEB 02/2001 – Diário Oficial da União, Brasília, 14/09/2001 – Seção I.E.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, B. M. & YAZBEK, C.M. (orgs.). **Desigualdade e a questão social.** São Paulo, EDUC, 1997.

CONSELHO Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. "Proposta de regulamentação da Lei 9.394/96" e "Trabalho preliminar de interpretação da LDB". Brasília, 1997.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: Ranços e avanços.** Campinas: Papirus, 1997.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – introdução o pensamento de Paulo Freire. (tradução Kátia de Mello e Silva). 3ª edição, Editora Moraes, São Paulo, 1980.

FERREIRA, J.R. "A educação especial na LDB". Comunicação apresentada na XVII Reunião Anual da Anped. Caxambu, 1994, 10 p.

GENRO, Tarso. **Orçamento participativo e democracia.** São Paulo: 1997, DP & A

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.) **Caminhos pedagógicos da inclusão.** São Paulo : Memnon, 2001.

Plano Municipal de Educação. Rio Bonito, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática.** São Paulo, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo Martins Fontes, 1991.